

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA¹

Monika de Azevedo Reschke

Mestranda em Gestão e Currículo da Escola Básica – ICED / UFPA
Universidade Federal do Pará - monikareschke@hotmail.com

Daniel Rodrigues Palheta

Mestrando em Gestão e Currículo da Escola Básica – ICED / UFPA
Universidade Federal do Pará – danielrodrigues2001@yahoo.com.br

Resumo

Trata-se de uma pesquisa com foco na atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Benjamin Constant, por meio de um processo democrático e participativo da comunidade escolar. Valeu-se da pesquisa-ação como método para diagnosticar o problema e buscar soluções para o mesmo, por meio de entrevistas, conversas e reuniões. Constatou-se que o referido PPP encontrava-se desatualizado desde o ano de 2004 em grande parte pela falta de compreensão da importância de tal documento por parte dos sujeitos escolares. Conclui-se que o PPP deveria ser elaborado a partir de uma construção coletiva, pois este processo não é individual e precisa do envolvimento de toda comunidade escolar com o intuito de contribuir, refletir e agir em prol dos ideais que levarão a escola a consolidar a sua democratização.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico. Reelaboração.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa foi o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Benjamin Constant, escola na qual exerceo a função de vice-diretora. O referido projeto encontrava-se desatualizado desde o ano de 2004, o que justificou a proposição de ações necessárias para a atualização do mesmo, de acordo com o perfil atual da escola e tendo como base a gestão democrática, com a participação de todos os segmentos da escola.

Assim, fez-se necessário a compreensão sobre o que é um Projeto Político Pedagógico, o qual é definido por Vasconcellos (2000, p. 143) como “um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola”, pois o sistema educacional e as ações da escola estão em frequentes mudanças, por isso, a necessidade de atualizar constantemente o PPP de acordo com o perfil da escola, criando-lhe uma identidade. Para tanto, a comunidade escolar deve se sentir parte integrante do processo que envolve decisões dentro da unidade escolar, a partir de “uma

¹ Texto decorrente de pesquisas na Universidade Federal do Pará – UFPA.

metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição” (VASCONCELLOS, 2000, p. 143).

Como fundamento dessa metodologia está à gestão democrática, compreendida por Souza (2009, p. 125) como um “processo político”, pois o PPP revela a identidade da escola e por isso deve ser construído de forma coletiva em um processo no qual são expressos objetivos e metas para a busca de uma educação de qualidade.

Como este processo é bastante complexo e delicado, a figura do diretor escolar é primordial para a mediação dessa ação, como também de assegurar que a escola realize sua missão de ser um local de educação, de aquisição de conhecimentos e habilidades, além da formação de valores.

Para tanto, o diretor escolar necessita fazer uma gestão, caracterizada por Cury (2002, p. 165) como “um novo modo de administrar uma realidade que é em si mesma democrática, já que traduz pela comunicação, pelo desenvolvimento coletivo e pelo diálogo”.

Neste sentido, surgiu o seguinte questionamento: Como reformular o Projeto Político Pedagógico da Escola Benjamin Constant em uma perspectiva democrática? Para respondê-lo, buscamos referências como, Vasconcellos (2000), Gadotti (2014), Cury (2002) (2006), Dourado (2006), Souza (2009), dentre outros, assim como documentos legais, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No que tange à metodologia, utilizamos como método a pesquisa-ação, tendo como principal base teórica a obra de Thiollent (2011).

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA BÁSICA

Para entendermos o princípio democrático é preciso haver a compreensão de que a gestão escolar não se restringe à função administrativa e que o processo de democratização da escola tem natureza social, sendo necessário perceber o papel do gestor como garantidor ao direito à educação igualitária e de qualidade, pois a lei garante este direito, porém há a necessidade de se garantir que este direito realmente aconteça. Neste viés o gestor tem o papel, como bem aponta Cury (2006, p. 3), de “assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”.

Com isso, se nota que o sucesso escolar advém do exercício da gestão participativa, a qual se baseia em uma relação aberta ao diálogo, fato este que engrandece todos os membros da comunidade escolar, os quais se sentem valorizados e agentes da construção de uma educação de qualidade, ao passo que há uma construção coletiva.

Destaca-se também na gestão democrática, a participação do Conselho Escolar para estimular os trabalhos conjuntos, considerando todos os setores igualmente, coordenando os esforços de funcionários, professores, equipe técnica, alunos e pais, para se envolverem no processo educacional, com o intuito de assegurar o direito à educação para todos.

O artigo 206 da CRFB/88 menciona que o ensino deve ser orientado por princípios, sendo um deles o da gestão democrática do ensino público, o que confirma que “a gestão democrática não é só um princípio pedagógico. É também um preceito constitucional” (GADOTTI, 2014, p. 1).

Assim, a gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta, que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola.

Esta gestão é voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, expressando um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto uma democracia.

Dessa forma, a escola se encontra conectada com todos os segmentos da comunidade escolar (segmentos que participam de alguma maneira do processo educativo desenvolvido na escola, como alunos, professores, funcionários, pais, etc.). Cada setor é responsável pelo bom funcionamento dos demais, interferindo, quando necessário, em questões que tem como objetivo o desenvolvimento intelectual, afetivo e social do aluno.

Portanto, para se praticar uma gestão democrática, é preciso ir além do que

[...] Simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente, do que hoje, é vivenciada (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2014, p. 03).

ALGUNS RESULTADOS: A REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa-ação, sendo utilizada como referência a obra de Thiollent (2011). Este tipo de pesquisa tem por fundamento a resolução dos problemas por meio da ação coletiva, ou seja, com a participação de todos, tanto dos pesquisadores quanto dos pesquisados, além disso, analisa os problemas de forma dinâmica, tomando decisões e executando ações.

Segundo Thiollent (2011) o diferencial da pesquisa-ação em relação à pesquisa participante e a convencional está no fato da pesquisa ser participativa e executar sempre uma ação, o que não necessariamente precisa ocorrer na pesquisa participativa.

Com esta pesquisa-ação foi possível identificar que o Projeto Político Pedagógico estava muito desatualizado, como também resgatar a importância do PPP para uma gestão democrática, com o “desengavetamento” e leitura atenta deste documento, a qual foi realizada em um primeiro momento pelo corpo docente, coordenação e direção, com a qual percebemos que o que estava nele escrito não contemplava mais as peculiaridades atuais da escola, como por exemplo, não constava a modalidade de ensino do tempo integral. Ademais a quase totalidade dos participantes na elaboração do PPP existente não estavam mais na escola, o que contribuía para o total desconhecimento do referido documento.

Na primeira reunião realizada com os professores e demais funcionários, todos mencionaram para o fato de que a desatualização do PPP da escola não significava que não havia um trabalho pedagógico sendo desenvolvido e nem que faltava uma gestão participativa. Pelo contrário, segundo os participantes, as atividades desenvolvidas durante o ano eram discutidas na jornada pedagógica e, posteriormente, havia uma avaliação das ações que deram certo ou não.

A partir desta constatação verificou-se que havia um problema de gestão, pois mesmo tendo aspectos democráticos, o instrumento propulsor de uma gestão participativa estava sendo deixado de lado, portanto, precisava ser urgentemente atualizado, cabendo ao gestor à responsabilidade de iniciar o processo e de sensibilizar a comunidade escolar para a importância do PPP na escola.

Desde então, realizou-se uma reunião entre a direção e equipe técnica, para traçar como se iniciaria o processo de reformulação do projeto, atendendo aos anseios dos segmentos escolares, de que isso ocorresse durante a jornada pedagógica. Posteriormente, ficou decidido que a metodologia compreenderia primeiramente, a apresentação aos funcionários do PPP existente, a partir do que seria realizada a discussão das possíveis mudanças, adequando-o à nova realidade da escola.

Os professores sugeriram que estas discussões, mais de cunho teórico e pedagógico, ficassem sob a responsabilidade da equipe docente e técnica, e que as discussões mais abrangentes sobre o regimento interno, avaliação, metodologia e projetos fossem realizadas, também, com os pais e alunos.

Este processo se deu em rodas de conversas, nas quais cada participante expunha suas impressões e opiniões sobre os tópicos discutidos do Projeto Político Pedagógico. Durante este estudo uma pessoa ficava responsável para anotar as ideias principais apresentadas.

Desse modo, o desafio da reestruturação do projeto político pedagógico da escola, a partir da gestão democrática, deveria ter como meta o desejo de construir uma escola que assumisse o diálogo e a participação como princípios básicos de sua proposta de trabalho, tendo a audácia de assumir o desejo da transformação.

A construção de um PPP faz parte e traz efeitos impactantes para a gestão escolar e, por isso, as decisões deste processo devem ser seguidas de discussões com os vários segmentos da comunidade escolar para, assim, haver a consolidação de um projeto que, de acordo com Dourado (2006, p. 78) seja “interdisciplinar e globalizador”, e no qual a escola possa exercer uma gestão democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta investigação ficou evidente a necessidade de se realizar a atualização do Projeto Político Pedagógico da escola, por meio de um trabalho de divulgação e debate sobre o assunto para que todos os membros da comunidade escolar se sentissem parte deste processo, cuja expressão maior da identidade do ambiente escolar seja o PPP.

Neste trabalho nos propusemos a analisar o PPP existente para verificar os pontos que necessitavam serem atualizados. Este processo teve início, mas ainda não conseguiu a plenitude, pois segmentos importantes da escola ainda precisam ser ouvidos, principalmente os alunos e os pais e/ou responsáveis do ensino médio.

Para a construção deste processo coletivo, até o momento, houve muitas dificuldades, principalmente, no que diz respeito a reunir o grupo, proporcionando a participação de todos, pois nos encontros ainda não conseguimos ter a presença da totalidade ou da maioria dos convidados, mesmo quando as reuniões foram realizadas nos sábados.

Este processo exige tempo e paciência, por isso, para abranger um maior quantitativo de participantes deste processo, optamos por realizar reuniões setorizadas e em dias diversificados, para tratarmos sobre o mesmo tema, mas como a gestão democrática e participativa prima pelo envolvimento da maioria se fizeram necessário a utilização desta metodologia mais demorada.

Por fim, aprendemos que o Projeto Político Pedagógico não se limita à simples transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, proporcionar a participação de todos oportunizando trocas de experiências, como ferramenta integrante e dinamizadora do contexto sociocultural da comunidade, dialogando com esta, expondo as diferentes experiências, as quais possibilitarão a produção de condições de vida diferenciadas, que irão contribuir na efetivação de uma verdadeira gestão democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1998.

_____. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. "**Gestão democrática**" da educação: exigências e desafios. Revista brasileira de política e administração da educação, São Bernardo do campo, julho/dezembro, 2002.

_____. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional (CONAE)**. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>. Acessado em: 23 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAIS, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf>. Acessado em: 16 de outubro de 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2009.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização**. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2000 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1).